ruas da cidade; pedindo a circulação normal dos ônibus de transporte coletivo nos fins de semana e feriados; (l) do Vereador Eduardo Marani: pedindo a construção de uma creche no Bairro Santa Efigênia; (m) do Vereador Jilson Teodoro de Carvalho: pedindo atendimento, para os moradores dos bairros da cidade mais afastados do centro e para os da zona rural, pelo gabinete odontológico móvel; (n) do Vereador Enrico Mendes de Siqueira: pedindo a aquisição do medicamento NORDITROPIN ou similar, pela Secretaria M. Saúde, para ser distribuído aos pacientes carentes.

Edson Alves de Abreu

Ata da Segunda Reunião Ordinária do Décimo Primeiro Período de Reuniões da Câmara Muni

cipal de Lavras, da Sessão Legislativa de hum mil, novecentos e noventa e cinco. Aos treze dias do mês de novembro do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Evandro Castanheira Lacerda – Presidente, Eduardo Luis Narami – Vice-Presidente, Lafayette Andrada – 1º Secretário, Álvaro Eustáquio Pedrosa – 2º Secretário, Nilson Teodoro de Carvalho – Tesoureiro, Edson Alves de Abreu, João Batista de Rezende, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Ernesio Nerdes de Siqueira, Daniel Costa, Luiz Augusto de Paula Leima, Antônio Marcos Rossato, Sebastião Carlos Torres e João Caetano Neto. Não compareceram à reunião os Vereadores: Hélio Haddad e Sebastião dos Santos Vieira. A ata anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: ofício 018/95, da Assessoria Jurídica, fazendo solicitação; ofício 118/95, da Secretaria M. Saúde, fazendo informação; ofício 293, convite da UFLA para o 1º Encontro Mineiro, digo, Sul Mineiro de Cafeicultores; informação da Secretaria Municipal de Administração; Parecer 075/95 do Setor Jurídico da AMALG; ofício 020/95, do Gabinete da Prefeita, fazendo informação; informação da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo; ofício 1139, do Presidente da TELEMIG, fazendo informação; ofícios 019, 763 e 768, do Gabinete da Prefeita, fazendo informações; Boletim Semanal do Rotary Club de Lavras. Deram entrada na Casa os Projetos: ① Projeto de Lei nº – (Autoria do Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa) "Dá denominação de rua Eduardo Alves de Carvalho"; ② Projeto de Lei nº – (Autoria

do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho) "Estabelece normas para concessão de alvará de localização e funcionamento para parques de diversão e circos, no Município de Ibaiti"; (3) Estabelece o uso obrigatório de crachás pelos servidores públicos municipais" (4) Veto Parcial da Chefe do Executivo à Redação Final do Projeto de Lei que altera a Lei nº 2182, de 30 de junho de 1995, e dá outras providências". (5) Veto da Chefe do Executivo à Redação Final do Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a estender auxílio-alimentação". O Presidente participou ao Plenário que estavam presentes, a convite da Casa, a Sra. Vilma de Abreu Taurino, Secretária M. Desenvolvimento Social e Presidente da Comissão Especial de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ibaiti, o Dr. Wagner Lopes, Assessor Jurídico da Prefeitura e membro da comissão, a Sra. Carmem Menezes Aquino, Secretária M. Fazenda, o Sr. Osmar José de Farias, e o Dr. Edson da Costa Silva, Secretário Municipal de Saúde. Os dois primeiros foram convidados para que dessem esclarecimentos aos Vereadores sobre o Concurso Público que a Prefeitura realizaria e os outros dois para esclarecimentos sobre a Proposta Orçamentária do Executivo para o Exercício de 1996. O Dr. Edson compareceu para falar sobre o CISMARG - Consorcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microregião do Alto Rio Grande, uma vez que estava tramitando pela Casa o Projeto de Lei que declarava de Utilidade Pública aquela entidade. O Presidente convidou, inicialmente, para a Mesa dos Trabalhos

a Sra. Dilma e o Dr. Wagner, que se colocaram à disposição de todos. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira perguntou se o concurso seria limpo e se realmente candidatos que trabalhassem já na Prefeitura ganhariam 10 (dez) pontos. A Sra. Dilma respondeu-lhe que o concurso seria transparente e para a sua realização foi contratada uma firma de Ribeirão Preto, responsável pela elaboração e correção das provas, bem como a aplicação de provas práticas até a classificação final. Quanto àquela pontuação, disse que seria obtida pelo candidato que pleiteasse um cargo e trabalhasse há pelo menos um ano naquelas funções atinentes ao cargo. Disse que por várias vezes o Estado adotou este procedimento em seus concursos. O Vereador Luiz Augusto disse que achou aquela pontuação desproporcional porque era a mesma para o candidato que comprovasse ter concluído curso de doutorado. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira perguntou por que motivo a Prefeitura estava realizando aquele Concurso Público enquanto muitos candidatos classificados no concurso realizado pelo Governo anterior não foram convocados. A Sra. Dilma disse-lhe que desconhecia o motivo. O Vereador perguntou-lhe se aquele concurso estaria sendo realizado para "ajeitar" a situação de funcionários na Prefeitura. A Sra Dilma disse-lhe que não acreditava que o motivo seria aquele e achava que estava sendo expressivo o número de candidatos inscritos. Quanto às provas, disse que a firma contratada encaminharia as provas para a Comissão de Concursos, para serem revistas. O Vereador Luiz Augusto estranhou o fato das provas

passarem pela Comissão. O Dr. Wagner pediu a palavra e retificou o que foi dito pela Sra. Dilma, dizendo que a Comissão rubricaria os envelopes lacrados contendo as provas e seriam encaminhados ao Secretário M. Administração. O Vereador Luiz Augusto disse que não queria que parecesse que a Câmara tinha dúvidas sobre a honestidade da Comissão de Concurso, mas era preciso que fossem evitados pressupostos infundados. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa quis saber se as provas para os Concursos da Prefeitura e da Câmara seriam realizadas nos mesmos dias. A Sra. Dilma respondeu-lhe que as provas objetivas seriam realizadas nos dias 9 e 10 de dezembro. O Vereador Luiz Augusto disse que ficou surpreso com o valor da taxa de inscrição, achando-o alto. O Vereador João B. Rezende disse que o valor limitaria o número de candidatos. O Vereador Luiz Augusto parabenizou a Comissão pelo fato de retificar o Edital do Concurso no item que dizia respeito à participação de candidatos aposentados, o que antes não estava sendo permitido. Chamou depois a atenção de todos para a dificuldade que pessoas portadoras de deficiência física estavam encontrando para se inscreverem no Concurso. Disse que deveria haveria uma orientação para aquelas pessoas. A Sra. Dilma disse que poderiam concorrer para cargos e funções que fossem compatíveis com a deficiência que apresentavam. O Vereador Marcos Possato disse que ninguém estava tendo conhecimento do Projeto de Lei aprovado pela Câmara e que regulamentava sobre (sobre) os cargos públicos municipais reserva

dos às pessoas deficientes. O Vereador Edson Alves de Moura elogiou o trabalho da Sra Vilma à frente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e, também, o Vereador Marcos Rossato, pela sua iniciativa em favor dos deficientes. Os Vereadores Edson Alves de Moura, diga, Nilson Teodoro de Carvalho, João Caetano Neto e Daniel Costa também elogiaram o trabalho da Secretária. O Presidente agradeceu à Sra. Vilma e ao Dr. Wagner pela atenção que sempre dispensaram às solicitações da Câmara e disse-lhes que o Legislativo estaria para eles sempre à disposição. Em seguida, foram convidados para a Mesa dos trabalhos a Sra. Carmem, Secretária M. Fazenda e o Sr. Osmar José de Farias. A Secretária, com a palavra, agradeceu pela oportunidade que tiveram para esclarecerem à casa sobre o Orçamento para o exercício de 1996 e se colocou à disposição dos Vereadores. O Vereador Luiz Augusto disse que solicitou à Mesa que convidasse a Secretária porque todos os Vereadores eram leigos no que dizia respeito ao orçamento. Perguntou se a Comissão Especial nomeada pelo Presidente estudou o Projeto. O Vereador Eduardo Luis Narami, membro da Comissão, respondeu-lhe que estavam aguardando as explicações da Secretária para, em seguida, se reunirem. A primeira dúvida levantada pelo Vereador Luiz Augusto foi quanto ao valor da Receita Orçada para a arrecadação da taxa de canalização de córregos e ribeirões, R$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Achou alto aquele valor e perguntou se aquela taxa estava sendo cobrada. A Secretária respondeu-lhe que a taxa

não estava sendo cobrada, mas no Orçamento tinha de deixar abertas possibilidades, prevendo receitas para que pudessem ser cobradas. Disse que a cobrança deveria ser autorizada pela Câmara através de Projeto de lei, assim, seria prevista por lei. Em seguida, a Secretária explanou sobre os quadros do orçamento. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira quis saber se estava sendo cobrada a taxa de limpeza pública e esgoto, orçada em 350 mil reais, daqueles contribuintes moradores nas proximidades dos ribeirões que seriam canalizados. A Secretária respondeu-lhe que aquela cobrança era legal e havia sido autorizada pela Câmara. Vinha sendo cobrada desde 1994 e onde houve isenção naquele ano, não haveria qualquer modificação no valor do IPTU. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho perguntou se aquela taxa seria cobrada das pessoas que não tinham ligação de rede de esgoto e utilizavam fossas porque suas casas ficaram longe da rede. A Secretária respondeu-lhe que a utilização de fossas não era permitida pela lei de Uso e Ocupação do Solo e pela Vigilância Sanitária. Disse-lhe que não havia fiscalização, mas desde que fosse realizada a ligação a taxa seria cobrada. O Vereador Luiz Augusto quis saber do que se tratava a Despesa Transferência a Pessoas, no valor de R$ 1.770.665,30. A Secretária respondeu-lhe que tratava-se de subvenções sociais e encargos sociais como, por exemplo, pagamento de servidores aposentados e inativos, Pasep, etc.. O Vereador Luiz Augusto disse que sentia-se obrigado a falar sobre o que viu

em vários lugares do orçamento: muitas despesas com publicidade. Particularmente achava muito o que se gastava. Quis saber o total da despesa com publicidade. A Secretária respondeu-lhe que o total era relativo à manutenção do jornal "Lauras" - Diário Oficial do Município, no valor de R$ 100.000,00, mais despesas diversas com publicidade, no valor de R$50.000,00, portanto, igual a R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O Vereador Luiz Augusto chamou a atenção para o fato de haver a despesa orçada, no valor de R$74.000,00, para promoção e divulgação de atividades carnavalescas e festas populares. Disse que divulgação era propaganda e, conseqüentemente, publicidade. Insistiu que tudo relativo à publicidade somava muito mais de 150 mil reais. Perguntou se havia a possibilidade de subdividir aquela despesa por item promoção/divulgação. A Secretária respondeu-lhe que cada despesa era controlada através das notas de empenhos. O Vereador disse-lhe que a sua pergunta era técnica e se era possível ou não separar aquela despesa. A Secretária respondeu-lhe que dentro do Orçamento a despesa era classificada na especificação, digo, era especificada como Serviços de Terceiros e Encargos. O Vereador insistiu com a sua pergunta e o Sr. Osmar respondeu-lhe que a elaboração do orçamento seguia os parâmetros da Lei 4320. Disse que aquela despesa era classificada como difusão cultural e tudo relacionado a publicidade ficava englobado naquele subprograma. O Vereador Luiz Augusto perguntou-lhe se dentro da difusão cul-

tural a despesa poderia ser separada. O Sr. Osmar respondeu-lhe que nada impedia aquele procedimento. O Vereador Luiz Augusto pediu à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas que pensasse naquela separação para saber exatamente o que iria para cada lado. Com respeito à pesquisa de opinião pública, disse que no orçamento não viu verba específica. Perguntou qual a dotação seria utilizada se quisessem fazer, diga, se a Prefeitura quisesse fazer em 1996 outra pesquisa. O Sr. Osmar respondeu-lhe que seriam usados os recursos constantes em Despesas Diversas. O Vereador observou que não existia para aquela despesa nenhuma rubrica específica, tampouco limite, podendo ser utilizados recursos de Despesas Diversas. A Secretária explicou-lhe que a proposta orçamentária iria funcionar na integridade com a arrecadação, que era o limite, e com as despesas legais, para que ao final chegassem sem déficit ou superávit. O Vereador Luiz Augusto sugeriu que o item promoção e divulgação de atividades carnavalescas fosse desmembrado. A Secretária explicou-lhe que a subvenção para as escolas de samba era específica e verba de 74 mil reais era para promoção do carnaval, como, por exemplo, contratação de trio elétrico, despesas com arquibancadas e aparelhagem de som. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que tinha certeza que sairia dinheiro para as escolas de samba. Protestou dizendo que as escolas de samba deveriam promover eventos durante

o ano arrecadando fundos para a época do Carnaval, em vez da Prefeitura distribuir verbas que poderiam ser muito bem utilizadas pela assistência social. O Vereador Luiz Augusto quis saber o que era a rubrica Abastecimento de água, no valor de 5 mil reais, na Unidade da Secretaria Municipal de Obras. A Secretária respondeu-lhe que era relativa a despesas com perfuração de poços artesianos para as escolas da zona rural. Disse que devia ter a previsão daquela despesa. O Vereador quis saber sobre a rubrica Habitações, no valor de 500 mil reais. A Secretária explicou-lhe que aquele valor era correspondente à contraprestação da Prefeitura no projeto do Conjunto Habitacional "João da Cruz Botrel". O Vereador perguntou sobre a rubrica Desenvolvimento da Pesca, na Unidade da Secretaria M. Agricultura. A Secretária respondeu-lhe que aquele subprograma constava em qualquer orçamento e eles o mantiveram porque se precisassem utilizar aquela rubrica já estaria prevista. O Vereador perguntou se a rubrica Manutenção de Convênio para funcionamento da Escola Profissionalizante de Corte e Costura era para a Escola da Vila São Francisco. A Secretária respondeu-lhe afirmativamente. O Vereador disse à Secretária que não havia mais o albergue na cidade, no entanto, havia a rubrica Manutenção do Albergue, na Unidade da Secretaria M. Desenvolvimento Social. A Secretária respondeu-lhe que a Prefeitura tinha funcionários que cuidavam da limpeza e conservação do prédio e aquele valor de 7.186 reais correspondia à despesa para aquele serviço manutenção e aquisição de

móveis e equipamentos para o albergue. O Vereador estranhou o fato do valor poder ser expresso com tanta exatidão. A Secretária explicou-lhe que aquele valor era igual à despesa no ano anterior. Constaram para 1996 um valor aproximado. O Vereador disse que a rubrica foi mal colocada porque o prédio já não estava destinado para funcionamento do albergue e já não era da competência da Secretaria M. Desenvolvimento Social. Tudo dava uma falsa idéia. O Vereador perguntou o critério estava sendo adotado para a distribuição das casas populares. A Secretária respondeu-lhe que estavam fazendo um levantamento dos moradores no Conjunto Habitacional "João da Cruz Botrel", buscando a resolução do problema do comércio das casas. Disse que, provavelmente, estaria pronto em 15 dias. O Vereador disse que estava preocupado com o orçamento de 1996 porque seria um ano eleitoral. A Secretária disse que os critérios adotados foram debatidos. O Vereador perguntou porque na Prefeitura só se gastava com a autorização de despesa assinada pela Prefeita e passada pela Secretaria M. Fazenda. Disse estava sem critério. A Secretária respondeu-lhe que a Prefeita era a ordenadora da despesa e a Secretaria da Fazenda fazia um controle dos gastos para que pudesse fechar o ano sem deficit no orçamento. O Vereador quis saber porque havia a rubrica Manutenção de convênio com a Escola Marieta Castelon Branco - APAE, na Unidade da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, se não existia o convênio. A Secretária respondeu-lhe que o con-

vênio estava sendo discutido e seria encaminhado para a apreciação da Câmara. A Secretária disse que a previsão do Governo Federal e do Estadual era a de não haver aumento da receita, o que acarretaria cortes no orçamento. Devido à reforma tributária, os repasses para o Município seriam alterados. O Vereador sugeriu que reduzisse a verba destinada para publicidade, na unidade da Secretaria M. Planejamento, deixando 30mil reais, e destinasse para o convênio com a APAE. A Secretária disse-lhe que, dependendo da arrecadação, era mais fácil cortar 30mil reais, destinados para publicidade, do que destinar 8mil para a APAE. O Vereador disse que não via qual era o impedimento, uma vez que era só uma previsão orçamentária. A Secretária disse-lhe que a suplementação era geral. O Vereador disse-lhe que proporcionava modificações dos valores. O Vereador perguntou sobre a despesa Amortização da dívida pública. A Secretária respondeu-lhe que se tratava do pagamento do Projeto CURA, dos juros do Projeto SAMMA e liberação da verba para o FGTS e INSS. O Vereador perguntou sobre a implantação do vale-transporte para os servidores públicos municipais. A Secretaria disse-lhe ainda existiam dúvidas sobre a matéria, mas já estava prevista a despesa no orçamento. Ao final, o Vereador disse que as questões por ele levantadas eram técnicas e agradeceu à Secretária pela atenção e pelas suas respostas. O Vereador Antônio Marcos Rossato disse que concordava com o Vereador Luiz Augusto quanto ao alto valor destinado para publicidade. Lembrou que a Câmara

poderia avaliar melhor o orçamento para aquilo que achasse prioritário como, por exemplo, ajuda a entidades filantrópicas e sociais. A Secretária se colocou à disposição da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para esclarecer qualquer dúvida que porventura surgisse. O Presidente agradeceu-lhes pela prontidão com que atenderam à solicitação da Câmara. Em seguida, convidou o Secretário M. Saúde, Dr. Edson da Costa Silva, para fazer parte da Mesa dos Trabalhos. Com a palavra o Dr. Edson disse que solicitou um espaço nesta reunião para que pudesse pedir o apoio da Câmara para a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Vereador João Rezende, que declarava de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Alto Rio Grande — CISMARG." Explicou que a entidade precisava ser de utilidade pública para que pudesse receber os repasses do Estado e seria a primeira a receber recursos sem o mínimo desvio, em equipamentos e material de uso. Disse que o Governo Estadual estava incrementando o Consórcio de Saúde nas diversas regiões do Estado e para que o CISMARG pudesse receber as verbas da Secretaria do Estado da Saúde precisaria antes ser declarada de utilidade pública estadual e municipal, portanto, era de suma importância a aprovação daquele Projeto. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que apesar de verbas vultuosas serem repassadas para o setor de saúde do Município infelizmente continuava o mal

atendimento à população. O Secretário disse-lhe que todo o Brasil passava por aquele problema e talvez pudesse dizer que a cidade de Lavras era privilegiada na área de saúde. Tudo era consequência da escassez de recursos da União. Em seguida, o Presidente convidou o Secretário para permanecer enquanto conduzisse a discussão e votação do Projeto. Assim, o Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador João Batista de Rezende) "Declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Grande" foi posto em discussão e o Vereador Eduardo Luiz Marani requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. O Projeto foi posto em votação e foi aprovado à unanimidade. O Secretário agradeceu pelo apoio da Câmara e pela confiança demonstrada, pedindo, em seguida, para se retirar. Dando sequência aos trabalhos, foram votados e discutidos os Projetos: ① Projeto de Lei nº 039/95 (Autoria da Chefe do Executivo) "Aprova o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 1996". Em primeira discussão e votação, foi aprovado à unanimidade. ② Substitutivo ao Projeto de Lei nº 038/95 (Autoria da Chefe do Executivo) "Aprova o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, digo, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o exercício de 1996". O Vereador liberou a matéria do seu pedido de vista. O Substitutivo foi, então, posto em primeira votação, sendo aprovado à unanimidade. O Vereador Ênnio Mendes de Siqueira pediu a palavra quando o Projeto de

Lei nº 039/95, que "Aprova o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde", foi posto discussão, dizendo que 20% daquele orçamento eram destinados à assistência à população, que mal estava sendo atendida. ③ Projeto de Lei nº 041/95 (Autoria da Chefe do Executivo) "Concede isenção de tributos e taxas e dá outras providências". O Vereador Luiz Augusto de Paula Leima requereu prorrogação de vista para aquela matéria, o que foi deferido de pronto pela Mesa. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira liberou o Projeto de Lei nº - (Autoria dos Vereadores Hélio Haddad, Lafayette Andrada, Eduardo Louis Marani e Luiz Augusto de Paula Leima) "Dispõe sobre a anistia às construções irregulares no Município de Poaxas" do seu pedido de vista e a matéria pôde passar pela Comissões Permanentes. Os Pareceres exarados pelas Comissões foram discutidos, votados e aprovados, cada um ao seu tempo, e o Projeto foi determinado para a Ordem do Dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação. O Vereador João Batista de Rezende pediu vista ao Projeto de Lei nº - 043/95 (Autoria da Chefe do Executivo) "Altera a Lei nº 2.109, de 27 de abril de 1994, e dá outras providências". O Projeto de Lei nº 037/95 (Autoria da Chefe do Executivo) "Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1996" continua aguardando os Pareceres das Comissões Permanentes. O Projeto de Lei nº 033/95 (Autoria da Chefe do Executivo) "Descaracteriza a destinação de bem público imóvel para fins de doação à União Federal e dá outras providências" foi sustado pela

Mesa. O Presidente nomeou a Comissão Especial, constituída pelos Vereadores Sebastião Carlos Torres, Álvaro Eustáquio Pedrosa e Luiz Augusto de Paula Leite, para estudar e dar Parecer ao Veto Parcial da Chefe do Executivo à Redação Final do Projeto de Lei que altera a Lei nº 2182, de 30 de junho de 1995, e dá outras providências" e a Comissão Especial, formada pelos Vereadores Lafayette Luiz Moreira de Andrada, João Batista de Rezende e João Caetano Neto, para o Veto da Chefe do Executivo à Redação final do Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a estender auxílio-alimentação. Os três outros Projetos que haviam dado entrada na Casa passaram pelas Comissões Permanentes, recebendo seus Pareceres, que foram discutidos votados e aprovados, cada um ao seu tempo. Os Projetos foram determinados para a Ordem do Dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados às autoridades competentes: ⓐ do Vereador Eduardo Luis Marani: enviando cumprimentos à diretoria do IAEMG pela inauguração da 1ª etapa de suas modernas instalações; enviando cumprimentos aos coordenadores do trabalho que vinha sendo realizado na Igreja da Comunidade de Itirapuã; ⓑ do Vereador Ennio Mendes de Siqueira: enviando manifesto ao Secretário M. Planejamento quanto à péssima recepção dos sinais de TV na cidade; solicitando ao Diretor do "Fatos" — Órgão Oficial do Município a publicação dos nomes das firmas vencedoras das

licitações realizadas pelo Município, bem como os nomes das demais empresas concorrentes e os preços dos objetos adquiridos; enviando cumprimentos à escritora Lássia Terra Mendes, pelo lançamento de mais um livro; enviando cumprimentos ao pintor Álvaro Guilherme Borges de Almeida, pela exposição de seus quadros no espaço cultural do Banco do Brasil; enviando cumprimentos ao Sr. Ronaldo Ribeiro de Souza, pelos trabalhos realizados nas plantações de hortaliças do CAIC; solicitando ao Diretor da Assessoria, empresa responsável pela realização dos Concursos Públicos da Prefeitura e da Câmara, toda atenção para se evitar erros ou enganos no resultado final; (c) do Vereador Luiz Augusto de Paula Lima; pedindo informação ao Secretário M. de Administração sobre desde quando vinha sendo pago o auxílio-alimentação aos estagiários da Prefeitura; (d) do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho: pedindo operação tapa-buracos na rua Santa Rita, na Vila São Francisco; (e) do Vereador Lafayette Andrada: pedindo operação tapa-buracos em todas as ruas dos bairros Vale do Sol e Jardim Vila Rica; (f) do Vereador Marcos Rosa to: reiterando sua solicitação para que fosse instalada a cobertura metálica no pátio do Mercado Municipal; solicitando ao Secretário M. Administração a lista dos servidores promovidos por merecimento e os critérios utilizados para aquela promoção. Nada mais havendo a ser tratado, o Secretário fez a chamada final dos Vereadores e o Presidente, em nome de

Deus encerrou a reunião.

Ata da Terceira Reunião Ordinária do Décimo Primeiro Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da Sessão Legislativa de hum mil, novecentos e noventa e cinco. Aos vinte dias do mês de novembro do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Evandro Constantino Lacerda - Presidente, Eduardo Luiz Morani - Vice-Presidente, Lafayette Luiz Portugal de Andrada - 1º Secretário, Álvaro Eustáquio Pedrosa - 2º Secretário, Nilson Teodoro de Carvalho - Tesoureiro, Edson Neves de Abreu, Hélio Haddad, João Batista de Rezende, Ennio Mendes de Siqueira, Daniel Costa, Luiz Augusto de Paula Li-